



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini**

**RELATOR – CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI**  
**34ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, dia 23/10/2018**

**Item 27**

TC-003932/989/16

**Prefeitura Municipal:** Itatinga.

**Exercício:** 2016.

**Prefeito(s):** Paulo Marcos Borges dos Santos

**Advogado(s):** Priscila Arruda de Oliveira Paulo (OAB/SP nº 290.820) e João Guilherme de Oliveira (OAB/SP nº 243.932).

**Procurador(es) de Contas:** José Mendes Neto.

**Fiscalizada por:** UR-9 - DSF-I.

**Fiscalização atual:** UR-9 - DSF-I.

Tratam os autos das **CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA**, relativas ao exercício de 2016.

A fiscalização “*in loco*” foi realizada pela **UR-9 - Unidade Regional de Sorocaba**, que no relatório inserido no evento nº33, apontou as seguintes ocorrências:

**A.2. CONTROLE INTERNO:** não emissão de relatórios periódicos;

**A.3. FISCALIZAÇÃO ORDENADA/TRANSPARÊNCIA:** desatendimento à legislação de regência;

**B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO:** ausência de liquidez;

**B.2.2. DESPESA DE PESSOAL:** des controle na apuração dos gastos com pessoal;

**B.3.1. ENSINO/B.3.1.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO/B.3.1.1.1. AJUSTES: FUNDEB – RECEITAS, B.3.1.1.2. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 40% e B.3.1.1.3. AJUSTES: DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS:** des controle na contabilização das receitas e despesas do FUNDEB;

**B.3.1.2. DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO:** IDEB abaixo da meta projetada nos anos finais do Ensino Fundamental; ausência de pesquisa visando à verificação da (in) suficiência de vagas na Rede Municipal de Ensino;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini**

**B.5.1. ENCARGOS:** ausência de Certificado de Regularidade Previdenciária;

**B.6.1. TESOURARIA:** Débitos em contas bancárias sem providências prévias da Prefeitura: despesas habituais sem prévio empenho; demonstrativos contábeis (razão) das contas bancárias sem detalhamento suficiente; ausência de descrição do pagamento; desarmonia entre os registros da Prefeitura e do banco; diferenças em empréstimos consignados: divergências não esclarecidas; falta de integração entre setores;

**B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS:** inobservância à cronologia das exigibilidades;

**D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:** divergências das informações transmitidas;

**D.3.1. QUADRO DE PESSOAL:** cargos em comissão sem regulamentação de suas atribuições e/ou requisitos;

**D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL:** descumprimento das Instruções e Recomendações desta E. Corte;

**E.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS e LIQUIDADAS:** descumprimento da norma fiscal.

Consta ainda no relatório da fiscalização o seguinte quadro indicativo:

ITENS	
Resultado da execução orçamentária	2,59%
Percentual de investimentos	17,29%
Despesa de pessoal em dezembro de 2016	38,91%
Percentual aplicado na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (artigo 212 CF)	31,01%
Percentual do FUNDEB aplicado na valorização do Magistério (60%)	82,03%
Total do FUNDEB aplicado em 2016	100%
Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente?	Prejudicado
Percentual aplicado na Saúde	23,73%
Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais (Regime Ordinário)?	Prejudicado
Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Prejudicado
Efetuada os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
Efetuada os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Sim
O repasse à Câmara de Vereadores atendeu ao limite constitucional?	Sim
Atendido o artigo 42, da LRF?	Não
Atendido o artigo 21, parágrafo único, da LRF?	Sim



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini**

Notificado, o Senhor Paulo Marcos Borges dos Santos, Ex-Prefeito do Município de Itatinga, deixou o prazo transcorrer "*in albis*" (evento 57).

O atual Prefeito apresentou as justificativas que foram inseridas no evento 59.

Comunicou que assumiu o cargo de Prefeito Municipal em agosto de 2017. Quanto aos principais apontamentos das Contas de 2016, alegou em síntese:

Quanto à dívida de curto prazo, justificou pela crise nacional que o país enfrenta, com diminuição da arrecadação e queda nos repasses federais e estaduais.

Informou que o Certificado de Regularidade Previdenciária foi obtido em 06/07/2017.

Quanto às demais impropriedades, informou a adoção de providências para a correção.

Tendo em vista que o despacho de notificação inicial não constou o nome do Senhor Paulo Marcos Borges dos Santos, nova notificação foi publicada (evento 86). Entretanto, mais uma vez, não houve manifestação (evento 93).

**Assessoria Técnica, sob o enfoque econômico-financeiro** manifestou-se pela emissão de parecer desfavorável, em razão do déficit financeiro superior a um mês de arrecadação da RCL e descumprimento do artigo 42 da LRF (evento 76.1).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini**

No mesmo sentido, a Chefia da **Assessoria Técnico-Jurídica** manifestou-se pela emissão parecer desfavorável (evento 76.2).

O **Ministério Público de Contas** acrescentou aos motivos da Assessoria Técnica para rejeição das contas, falta de disponibilidade financeira para cobertura da dívida de curto prazo e o atraso no repasse ao RGPS das contribuições previdenciárias referentes aos meses de julho e agosto de 2016, que resultou na formalização de parcelamento em 60 meses (evento 103).

O Município apresentou os seguintes indicadores relacionados ao índice de efetividade no exercício de 2016:

Indicador	2015	2016	
i-Educ	B	C+	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-Saúde	B	B	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
i-Planej.	C	C+	Investimento, Pessoal, Programas e Metas
i-Fiscal	B	B+	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-Amb	A	B+	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
i-Cidade	C	C+	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SIDEC (DEFESA CIVIL)
i-Gov-TI	C+	C+	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.
IEGM	B	B	

**Legenda**

**A:** Altamente efetiva; **B+:** Muito efetiva; **B:** Efetiva; **C+:** Em fase de adequação; **C:** Baixo nível de adequação

**Porte Pequeno**

**Região Administrativa de Sorocaba**

**Quantidade de habitantes: 19528**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini**

**Contas anteriores:**

<b>Exercício</b>	<b>Autos</b>	<b>Decisão</b>	<b>DOE</b>
2015	TC-2365/026/15	Desfavorável com recomendações	12/01/2018 (trânsito em julgado em 06/03/2018)
2014	TC-0273/026/14	Desfavorável com recomendações	25/11/2016 (trânsito em julgado em 30/01/2018)
2013	TC-1800/026/13	Desfavorável com recomendações	15/01/2016 (trânsito em julgado em 22/03/2017)

**É o relatório.**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini**

**VOTO**

As contas da Prefeitura Municipal de Itatinga, relativas ao exercício de 2016, apresentaram a seguinte situação:

ITENS		SITUAÇÃO
<b>Ensino</b>	Ref. 25%	<b>31,01%</b>
<b>FUNDEB</b>	Ref. 95%-100%	<b>100%</b>
<b>Magistério</b>	Ref. 60%	<b>82,03%</b>
<b>Pessoal</b>	Limite 54%	<b>38,91%</b>
<b>Saúde</b>	Ref. 15%	<b>23,73%</b>
<b>Transferência do Legislativo</b>	Limite 7%	<b>Regular</b>
<b>Execução Orçamentária</b>		<b>Superávit 2,59%</b>
<b>Remuneração dos Agentes Políticos</b>		<b>Regular</b>
<b>Investimentos</b>		<b>17,29%</b>
<b>Encargos Sociais</b>		<b>Regular*</b>

\*Parcelamentos

Depreende-se do quadro o atendimento aos mandamentos constitucionais e legais, referentes à aplicação dos recursos no Ensino e na Saúde, bem como a observância aos limites de gastos com pessoal e transferência de recursos ao Legislativo.

A aplicação de 100% do FUNDEB, sendo 82,03% na remuneração do magistério da educação básica, nos termos do artigo 60, inciso XII do ADCT.

Na manutenção e desenvolvimento do ensino foi aplicado o equivalente a 31,01% da receita resultante de impostos, superior ao mínimo obrigatório de 25%, conforme determina o artigo 212 da Constituição Federal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini**

A aplicação em ações e serviços de saúde alcançou 23,73% da arrecadação de impostos, acima do mínimo de 15% obrigatório.

Nos aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial, os resultados da gestão estão no quadro abaixo:

<b>Resultados</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
<b>Financeiro</b>	(11.997.974,84)	(6.580.498,49)	45,15%
<b>Econômico</b>	4.863.118,66	13.123.378,31	169,86%
<b>Patrimonial</b>	15.586.215,73	34.893.316,58	123,87%

No aspecto orçamentário o resultado obtido foi superávit de 2,59%, de R\$1.714.937,74. No financeiro, um déficit de R\$6.580.498,49. E ampliação do saldo patrimonial de R\$15.586.215,73 em 2015 para R\$34.893.316,58 em 2016.

Em que pese o atendimento dos índices de aplicação obrigatória, as falhas são graves e comprometem as contas, quais sejam, ausência de liquidez face aos compromissos de curto prazo, déficit financeiro superior a um mês de arrecadação, ausência de Certificado de Regularidade Previdenciária e o descumprimento do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Administração foi "alertada" por este Tribunal oito vezes durante o exercício, nos termos do inciso V, §1º, do artigo 59 da LRF, sobre o descompasso entre receitas /despesas, para equilibrar as contas, com a redução de gastos, mas isso não ocorreu.

Verifica-se, ainda, que Municipalidade nomeou 37 (trinta e sete) servidores para cargos em comissão, cujas atribuições não estão previstas na



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini**

legislação municipal, não sendo possível examinar se preenchem os requisitos do inciso V, do artigo 37 da Constituição Federal.

A disponibilidade financeira em 31.12.2016 de R\$ 466.313,79, frente aos restos a pagar liquidados da Municipalidade de R\$ 3.008.531,40, demonstra insuficiência financeira de R\$2.542.217,61 em 31.12.2016, aumentando a iliquidez verificada no dia 30.04.2016 (R\$ 1.523.705,13)<sup>1</sup>.

É evidente a ausência de rigoroso acompanhamento da gestão orçamentária e impõe a conclusão de que o Município não deu cumprimento ao artigo 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>2</sup>.

Por fim, ressalto quanto ao descumprimento do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal que nos autos do TC – 2089/026/12<sup>3</sup> a interpretação do assunto por este Tribunal vem considerando essas situações como iliquidez financeira, o que resultaria em afronta ao dispositivo acima mencionado.

Importante destacar que, no presente caso, como nos demais onde se discutiu o cumprimento do referido artigo 42 da LRF, o exame deste Tribunal está apenas baseado em fórmula contábil que apura iliquidez financeira nos últimos dois quadrimestres, ficando a análise da configuração de eventual ato doloso de improbidade a cargo das esferas competentes.

<sup>1</sup> fl. 30 - item E.1.1 – Anexo – evento 33.

<sup>2</sup> § 1º: A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar”.

<sup>3</sup> Prefeitura Municipal de Trabiju, sessão do Tribunal Pleno de 18/11/2015.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini**

Assim, acompanho as manifestações da Assessoria Técnica e do Ministério Público de Contas, **VOTO PELA EMISSÃO DE PARECER DESFAVORÁVEL ÀS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2016**, excetuados os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

**À margem do parecer, acolho as recomendações propostas pelo Ministério Público de Contas no parecer inserido no evento nº103.**

Caberá à unidade de fiscalização, na próxima auditoria, certificar-se das providências a serem adotadas pela origem, fazendo constar no Relatório.

**É o meu voto.**

São Paulo, 23 de outubro de 2018.

**ANTONIO ROQUE CITADINI**  
**CONSELHEIRO**

RCP